

REDE DE MONITORAMENTO TERRITORIAL INDEPENDENTE

Tema: Incidência no Contexto de Mineração

3º Encontro

Data: 15 de junho de 2022

Local: Zoom

Participantes: Alexandre Ugarta; Ana Alfinito (Amazon Watch); Antonia Melo (Movimento Xingu Vivo); Brent Millikan (FGVces); Cláudio Teixeira (Movimento Xingu Vivo); Danielli (CPI - Acre); Débora Lima; Dion Monteiro (Movimento Xingu Vivo); Elielson Silva (UFPA); Gabriel Cozendey; Herton Mura (Organização das Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea / OLIMCV); Inimá Krenak (Fundo Casa); Isabel (MAM); João Andrade (GT Infra); Kena Chaves (FGVces); Renato Rocha (OPAN); Rodrigo Montaldi (Fundo Casa); Samir Luna (FGVces); Tainá Holanda (FGVces); Tarcísio Feitosa (Ledtam / UFPA); Vanessa Correa (WCS); Vanexa Xerente (Brigada de Combate a Incêndio das Mulheres Indígenas Xerente); Verena Glass (Movimento Xingu Vivo).

Experiências compartilhadas: Caso Potássio do Brasil e Caso Belo Sun

Objetivos: Fomentar a troca de experiências e discutir estratégias de incidência para proteção de territórios ameaçados ou atingidos por projetos de mineração industrial e por garimpos na Amazônia.

Relato da reunião:

Abertura

Após as boas vindas, Kena Chaves e Brent Millikan iniciaram o terceiro encontro do ciclo temático da Rede MTI, que prevê a troca de experiências sobre estratégias de incidência em contextos de mineração na Amazônia. Na abertura, comentaram notícias recentes e as apresentações dos encontros anteriores, que evidenciam a crescente pressão para institucionalização do garimpo no Brasil, em um contexto complexo que envolve interesses de atores políticos, de setores do agronegócio e da mineração e, em alguns casos, do narcotráfico. Em seguida, Herton Mura, representante da Organização das Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea (OLIMCV), Verena Glass (Movimento Xingu Vivo para Sempre) e Elielson Silva (Universidade Federal do Pará - UFPA), iniciaram as apresentações de dois casos de incidência em contexto de mineração, que foram seguidas de rodadas de comentários e perguntas dos demais participantes.

1) Caso Potássio do Brasil (Herton Mura - OLIMCV)

Herton Mura, representante da OLIMCV relatou em sua apresentação momentos importantes do conflito envolvendo a mineradora Potássio do Brasil e o povo indígena Mura, nos arredores da TI Patauí, localizada no município de Autazes (AM). Segundo o relato, o conflito teve início em 2010, quando a mineradora iniciou suas atividades a uma distância de 8 km da TI Patauí. Apesar de não estar situada no interior dos limites oficiais da TI, os

indígenas reconhecem a área solicitada pela mineradora como parte sagrada de seu território tradicional, onde localiza-se um antigo cemitério Mura. Trata-se de um espaço atrelado a memórias ancestrais e onde são zelados os antepassados. A mineradora, por sua vez, não realizou a princípio nenhuma consulta aos indígenas, conforme previsto pela Convenção nº 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário.

Os indígenas, por meio do Conselho Indígena Mura (CIM) e da Organização das Lideranças Indígenas Mura do Careiro da Várzea (OLIMCV), organizaram audiências públicas no município de Autazes, solicitando o cumprimento da Convenção nº 169 por parte da Potássio do Brasil e o apoio à construção de um Protocolo de Consulta Prévia a respeito da atividade minerária na área prevista. A organização e as audiências resultaram na decisão judicial favorável à paralisação das atividades da mineradora até que o conflito fosse solucionado. O povo Mura, por sua vez, iniciou a construção de seu próprio Protocolo de Consulta, com apoio do MPF e inspirado no documento construído pelo povo Waiãpi. Ao todo, foram dedicados 1 ano e 8 meses para a elaboração do instrumento, por meio de assembleias em escala local e regional. Enfrentaram, nesse período, investidas da empresa Potássio do Brasil voltadas para convencer integrantes do povo Mura a terem uma posição favorável ao projeto minerário.

Segundo o representante da OLIMCV, o Protocolo de Consulta do Povo Mura foi finalizado em 2019, quando a mineradora, acionada pela Justiça, oficializou sua decisão favorável à participação e operacionalização do instrumento. O advento da pandemia de Covid-19 em 2020, porém, impôs a paralisação das atividades referentes ao litígio entre o povo Mura e a Potássio do Brasil. Nesse cenário, políticos defensores da mineradora, apoiadores locais e a própria empresa passaram a pressionar, de forma mais enfática, e ameaçar lideranças e organizações indígenas para a venda de terras e a aprovação do início das atividades de mineração no território sagrado do povo Mura.

Em busca de incidir politicamente a favor de seu território, os Mura vêm organizando diferentes estratégias políticas que envolvem, por exemplo, a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Patauí e o zoneamento de áreas de manejo e conservação ambiental. Outra estratégia adotada é a pressão pela garantia de compensações ambientais minimamente justas e favoráveis aos indígenas por parte da mineradora, em busca de mitigar os danos causados ao território Mura pelo projeto da Potássio do Brasil.

2) Caso Belo Sun (Verena Glass e Elielson Silva - Movimento Xingu Vivo Para Sempre)

Verena Glass (MXVPS) e o pesquisador Elielson Silva (UFPA) abordaram em sua apresentação o caso da mineradora canadense Belo Sun, que atualmente pressiona para avançar com o licenciamento ambiental do empreendimento minerário de grande porte na região conhecida como Volta Grande do Xingu (VGX). Segundo a apresentação, um agravante do projeto Belo Sun é a distância mínima de sua área da UHE Belo Monte, separadas por apenas 10 km da Barragem de Pimental, localizada à montante no Rio Xingu, e os consequentes riscos de impactos cumulativos e sinérgicos de ambos

empreendimentos. O território em que Belo Sun tenta instalar-se na VGX e áreas vizinhas no Pará já encontra-se gravemente impactado pela UHE Belo Monte, apresentando sérios danos a ecossistemas e meios de vida de populações ribeirinhas, desmatamento acelerado - associado à maior taxa de emissão de carbono do Brasil no município de Altamira -, e um aumento exponencial de casos de violência, feminicídio e articulação de facções criminosas em áreas urbanas. Os pesquisadores comentaram, também, estratégias para transferência de 21 lotes de terra destinados à reforma agrária, totalizando mais de 2400 hectares, sob responsabilidade do Incra, à empresa estrangeira, sem aprovação prévia do Congresso Nacional. Isso foi possível por meio da aprovação da Instrução Normativa nº 112/2021 do MAPA, que estabelece “procedimentos para anuência do uso de áreas em projetos de assentamento do Incra, por atividades ou empreendimentos minerários, de energia e de infraestrutura”. Outra questão que complexifica o processo são as fragilidades dos estudos de impacto ambiental (EIA) de Belo Sun, inclusive o seu “estudo de componente indígena” (ECI), o que só foi feito ao longo do ano de 2021, mas ainda aguarda aprovação por parte da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará. Persistem ambiguidades sobre competências federais e estaduais no licenciamento do empreendimento. A falta de um processo de consulta e consentimento livre, prévio e informado, junto a povos indígenas e outras populações tradicionais afetadas, continua sem solução.

Em busca de incidir politicamente contra o empreendimento minerário de Belo Sun, agricultores assentados nos lotes do Incra promoveram recentemente uma ocupação da área do assentamento, com o objetivo de reivindicar seu direito às terras. O movimento contou com o apoio de lideranças indígenas Munduruku e do Movimento Xingu Vivo. A ocupação permanece, mas sofre constantes ameaças e enfrenta no momento um pedido judicial de reintegração de posse. Elielson Silva concluiu que essa e outras estratégias adotadas pela empresa canadense representam tentativas de consumação do deslocamento compulsório e desafetação das terras do assentamento. Tratam-se de estratégias compreendidas como “agro-minerais”, que articulam e convergem interesses do agronegócio e do setor minerário frente ao Estado e aos demais atores políticos.

Rodada de comentários e perguntas:

Após as apresentações, os demais participantes contribuíram com comentários e perguntas. Ao longo do debate, foram abordadas, entre outras questões, a importância de aprender com os resultados desastrosos da construção da UHE Belo Monte, e os desastres de Mariana e Brumadinho. As experiências demonstram também as dificuldades enfrentadas para a garantia da compensação ambiental, pois, em geral, as empresas responsáveis e o Estado não cumprem e não cobram o cumprimento dos acordos estabelecidos com a sociedade civil, num contexto em que os acordos desconsideram a gravidade dos danos provocados aos territórios e aos meios de vida de populações locais.

Além disso, foram levantadas questões sobre como ocorreu, na prática, a construção do Protocolo de Consulta Prévia pelo povo Mura, e seus resultados. Entre os resultados, o representante da OLIMCV salientou que a elaboração do instrumento, uma estratégia política, serviu também para fomentar a organização política entre os indígenas e a unificação do movimento Mura em algumas organizações representativas.

Por fim, as e os presentes comentaram sobre a importância de que o processo de construção do Protocolo de Consulta seja acompanhado de um intenso trabalho de formação política entre as comunidades, que subsidie discussões aprofundadas sobre os impactos previstos e os direitos dos comunitários. Além disso, consensuaram que todas as etapas de consulta, seguindo os devidos protocolos, deveriam ser respeitadas previamente pelo Estado, de modo a evitar que as comunidades sejam assediadas e pressionadas antes de sua realização.

Encaminhamentos

- Compartilhar com as organizações da Rede MTI nota do MXVPS contra o processo de desafetação das terras de reforma agrária pelo Incra em benefício da empresa Belo Sun;
- Promover próximo encontro no tema de Incidência no dia 20/07/2022 às 10h.

Materiais e links compartilhados

- Boletim Informativo Nº 12: Povos Tradicionais da Volta Grande do Xingu - Garimpeiros, Agricultores, Assentados, Indígenas, Pescadores e Moradores (Cartografia da Cartografia Social):
<http://novacartografiasocial.com.br/download/12-povos-tradicionais-da-volta-grande-do-xingu-garimpeiros-agricultores-assentados-indigenas-pescadores-e-moradores/>
- INCRA - Instrução Normativa Nº 112, de 22 de dezembro de 2021:
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-112-de-22-de-dezembro-de-2021-369777898>
- Wagner, Alfredo et al. (orgs). Mineração e Garimpo em Terras Tradicionalmente Ocupadas: Conflitos Sociais e Mobilizações Étnicas:
<http://novacartografiasocial.com.br/download/mineracao-e-garimpo-em-terras-tradicionalmente-ocupadas-conflitos-sociais-e-mobilizacoes-etnicas/>
- Protocolo de Consulta do Povo Mura:
<http://direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2020/08/protocolo-de-consulta-povo-mura.pdf>